Documento Final do Encontro de Avaliação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Estado do Maranhão

Imperatriz – MA, 24 de abril de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor

Carlos Brandão
Governador do Estado do Maranhão

C/C

Ilustríssima Senhora
Rosilene Guajajara
Secretária Adjunta dos Direitos dos Povos Indígenas – SADPI/SEDIHPOP

As organizações indígenas do Maranhão, representadas pela Coordenação das organizações e articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA, a Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão – AMIMA, a Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças o Território Indígena Araribóia – CCOCALITIA, a Associação das Comunidades Timbira no Maranhão e Tocantins – Wyty Cate, a Coordenação da Juventude Tupi Jê do Maranhão – COJUÍMA, Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e a Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB, em conjunto com os representantes indígenas do Conselho Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas – CEAPI e organizações da sociedade civil, reunidos em Imperatriz no Encontro de Avaliação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Estado do Maranhão, vêm, por meio deste documento, apresentar um conjunto de reflexões, avaliações e recomendações sobre a atual política indigenista do estado, com o objetivo de contribuir para a construção e o fortalecimento das ações voltadas aos povos indígenas.

1. Reconhecimento do Caminho Percorrido

Reconhecemos e valorizamos o caminho trilhado até aqui na construção de uma política estadual voltada aos povos originários. A criação da Secretaria Adjunta para os Povos Indígenas, bem como a nomeação de Rosilene Guajajara para liderá-la, representam conquistas históricas e simbólicas, frutos de décadas de luta e articulação do movimento indígena. Esta medida se configura como um marco importante no processo de institucionalização da pauta indígena dentro da estrutura de governo, garantindo um canal legítimo de diálogo e representação. Reconhecemos também a dedicação e competência da secretária Rosilene à frente da SADPI, mantendo o diálogo com as comunidades indígenas, apesar das enormes dificuldades colocadas pela falta de autonomia financeira e política existente.

Lembramos o combinado com o Governo do estado, e que entendemos como ideal, é que haja uma Secretaria específica, com orçamento próprio e autonomia, para garantir as condições adequadas de trabalho, permitindo que

atue de forma efetiva nos territórios e realize os diálogos necessários com as comunidades indígenas, garantido, assim, condições para articulação das políticas públicas do estado.

Ressaltamos a importância da retomada do Conselho Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas – CEAPI, instrumento essencial para assegurar a participação direta dos povos indígenas na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 11.638/2021. Solicitamos que o CEAPI seja respeitado como espaço legítimo de poder político dos povos indígenas no Maranhão, com autonomia, estrutura adequada e capacidade deliberativa real. Com isso viabilizado, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento dessa instância e com o avanço de uma agenda construída desde as comunidades, que reflita fielmente as demandas, os direitos e as prioridades históricas dos nossos povos.

2. Avaliação do Plano Decenal

A retomada dos trabalhos do CEAPI deve priorizar a avaliação qualificada do Plano Decenal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (2018-2028), instituído por meio do Decreto Estadual nº 34.557/2018 e pela Lei Estadual nº 11.638/2021, especialmente nos seus artigos 1º, §2º, inciso II, artigo 3º, artigo 4º e artigo 58.

Na avaliação preliminar que realizamos no encontro dos conselheiros indígenas em Imperatriz, verificamos uma baixa execução do plano, além da inexistência de um monitoramento das ações propostas. Lembramos inclusive que o Plano Decenal previa que as Secretarias de governo deveriam ter apresentado orçamentos específicos e planos de trabalho para implementação das atividades, 180 dias após a publicação do referido documento (artigo 4º, §2º, do Decreto Estadual nº 34.557/2018), o que também nunca ocorreu. Solicitamos relatórios detalhados das Secretarias de Estado sobre as ações previstas, resultados alcançados e justificativas para a demora em realizar determinadas atividades, visando sua apresentação na próxima reunião do CEAPI. Caso não seja possível, solicitamos o agendamento de reunião extraordinária para tratar especificamente sobre essa pauta.

3. Propostas de Atualização dos Eixos Temáticos

Tendo em vista os desafios atuais enfrentados pelos povos indígenas do Maranhão, foi realizada uma avaliação preliminar dos eixos temáticos do Plano Decenal, identificando pontos que demandam atualização para torná-lo mais alinhado às realidades e necessidades das comunidades. Ressaltamos, no entanto, que essa atualização precisa ser consolidada, por meio de um processo de consulta direta aos povos indígenas do Maranhão, em respeito aos seus protocolos próprios de participação. Após essa escuta qualificada, a proposta final poderá ser submetida à apreciação e aprovação em reunião do Conselho Estadual de Articulação de Políticas para os Povos Indígenas (CEAPI), assegurando legitimidade, representatividade e compromisso com os direitos indígenas

4. Importância do REDD+ Jurisdicional no Maranhão

Consideramos de extrema importância a implementação e o fortalecimento do REDD+ jurisdicional no Maranhão como uma medida estratégica para a proteção dos territórios indígenas e o combate ao desmatamento.

O instrumento foi instituído em âmbito estadual através da Lei Estadual nº 11.578/2021, e regulamentada pelo Decreto nº 37.969/2022. Contudo, não houve participação dos povos indígenas no processo de discussão e construção desse mecanismo, comprometendo sua legitimidade e tornando-o politicamente frágil.

É importante garantir todas as salvaguardas relacionadas aos direitos indígenas, fortalecendo o protagonismo dos povos, especialmente, o que determina a consulta prévia, livre e informada, conforme dispõe a Convenção 169 da OIT. Também é fundamental reconhecer que o tema do REDD ainda é distante da realidade cotidiana de muitas comunidades indígenas. Por isso, destacamos a necessidade urgente de processos formativos contínuos, construídos em diálogo com as lideranças, as organizações e os territórios, para garantir que o entendimento pleno dos mecanismos de REDD+ sejam acessíveis a todas as comunidades. A apropriação crítica e informada desse debate é indispensável para que os povos indígenas não apenas participem, mas protagonizem, com autonomia e consciência, as decisões sobre o futuro de seus territórios.

Recomendamos que o Governo do Maranhão priorize a articulação do REDD+ jurisdicional com as políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Trata-se de valorizar não apenas o meio ambiente, mas também os saberes e os modos de vida dos povos indígenas como parte essencial da resposta à crise climática. Se esse processo não ocorrer, garantindo portanto protagonismo, participação e consulta aos povos indígenas, suas organizações no estado não darão endosso ou apoio a essa iniciativa governamental.

5. Preocupação com a COP 30 e a Crise Climática nos Territórios Indígenas

Em vista da realização da COP 30, que será sediada no Brasil, manifestamos nossa profunda preocupação com os impactos da crise climática nos territórios indígenas. Os povos indígenas, que são os principais guardiões da biodiversidade e das florestas, enfrentam desafios cada vez maiores em proteger seus territórios diante das mudanças climáticas e das atividades predatórias, como o desmatamento ilegal e a expansão do agronegócio.

Consideramos fundamental que as políticas públicas estaduais e federais se alinhem com as discussões da COP 30, assegurando que as vozes e as necessidades dos povos indígenas sejam devidamente representadas. Em especial, é crucial que a preservação dos nossos territórios seja reconhecida como uma das estratégias mais eficazes para o combate às mudanças climáticas. Solicitamos que o Governo do Maranhão fortaleça as ações de

conservação ambiental nos territórios indígenas, bem como viabilize a presença dos povos indígenas do Maranhão na COP 30.

6. Proposta do CEAPI ser uma Instância Regional de Implementação da PNGATI no Maranhão

Propondo um avanço na estruturação das políticas públicas para os povos indígenas, sugerimos que o Conselho Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas – CEAPI seja reconhecido e fortalecido como uma instância regional para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, no estado do Maranhão, por meio de parceria com o Governo Federal. Esta medida garante que os povos indígenas participem ativamente na construção e execução das estratégias voltadas à gestão territorial e ambiental, fundamentais para a conservação dos nossos territórios e para o enfrentamento dos desafios da crise climática. Mas essa proposta só tem viabilidade com a retomada constante e periódica das reuniões do CEAPI, que após sua instalação no final de 2022, infelizmente nunca mais se reuniu.

7. Impactos do MATOPIBA e do Agronegócio

Manifestamos preocupação com os impactos do agronegócio e da expansão da fronteira agrícola sobre os territórios indígenas. Recomendamos que esta pauta seja central nas deliberações do CEAPI, com políticas públicas voltadas:

- À proteção dos territórios e recursos naturais;
- À fiscalização ambiental efetiva e transparência dos órgãos de governo;
- À responsabilização de empreendimentos causadores de danos socioambientais;
- Licenciamento mais criterioso por parte da SEMA para supressão de vegetação;
- Suspensão de licenciamento para supressão de vegetação em áreas consideradas prioritárias para a conservação, em TIs que estão com procedimentos demarcatórios em curso e no entorno de Terras Indígenas;
- Alinhamento das políticas ambientais do estado com a meta do governo federal de desmatamento zero até 2030.

8. Licenciamento Ambiental de Obras em Estradas Estaduais

Diante dos impactos recorrentes causados por obras de infraestrutura viária em territórios indígenas (ex. MA 275, MA 280 e MA 006), destacamos a necessidade urgente de revisar e fortalecer os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à abertura, ampliação e manutenção de estradas estaduais no Maranhão. É essencial que esses processos observem rigorosamente os protocolos de consulta prévia, livre e informada, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT, garantindo a participação efetiva dos povos indígenas potencialmente afetados.

Propomos que o Plano Decenal incorpore diretrizes que:

- Exijam a realização de Estudos de Impacto em obras que afetem direta ou indiretamente territórios indígenas, conforme legislação específica;
- Cumpram a obrigatoriedade de consulta aos povos indígenas antes da autorização de qualquer intervenção em áreas próximas a seus territórios;
- Incluam mecanismos de monitoramento, mitigação e compensação dos impactos, construídos com a participação das comunidades afetadas;
- Respeitem, conforme legislação, os processos demarcatórios dos territórios indígenas que estão em curso;
- Garantam a atuação de órgãos como a Funai e o Ministério Público nas etapas de análise e deliberação dos licenciamentos.

9. Reunião de Prestação de Contas e Pactuação

A próxima reunião do CEAPI, prevista para ocorrer no mês de maio, deve ser o momento de prestação de contas do Governo Estadual e de pactuação dos compromissos com os povos indígenas, com base nos eixos do Plano Decenal. A presença do Governador Carlos Brandão ou uma audiência de uma comitiva com ele será essencial para a consolidação dessas ações e para a reafirmação do compromisso político com os direitos dos povos indígenas do Maranhão.

Os povos indígenas do Maranhão aguardam, com legítima expectativa, que o Governo do Estado adote medidas concretas e ofereça respostas às demandas apresentadas, em respeito aos nossos direitos constitucionais e ao compromisso com a justiça social.

Assinam:

Conselheiros Indígenas do Conselho Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (CEAPI)

Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA

Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão – AMIMA

Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins – Wyty-Catê

Coordenação da comissão dos caciques e Liderança do Território Araribóia – CCOCALITIA

Caciques e lideranças indígenas das TIs do Maranhão

Coordenação da Juventude Tupi Jê – COJUÍMA

Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB